

## MORFOLOGIA URBANA E INFORMALIDADE: A BUSCA DA IDENTIDADE LOCAL

**Silvia Spolaor<sup>1</sup>**  
silviacaser@gmail.com

**Vítor Oliveira<sup>2</sup>**  
vitorm@fe.up.pt

### Resumo

A morfologia urbana é usada frequentemente em cidades históricas europeias para traçar suas origens e contextos, identificar suas escalas e dimensões, reconhecer os agentes que as moldaram e para planejar e traçar o futuro. A utilização de alguns de seus conceitos dominantes em cidades do Sul global é mais restrita, apesar de sua aplicabilidade comprovada por diversos estudos. Em contextos não-planeados, as abordagens processual-tipológica e sintaxe espacial têm sido utilizadas com mais frequência. Esses estudos contribuem para preencher a lacuna identificada em estudos de informalidade, já que, apesar das diversas pesquisas publicadas, ainda são poucas aquelas direcionadas a compreender a composição das suas formas urbanas. Propondo a análise morfológica como ferramenta para entender não apenas as formas, mas também a identidade local dos assentamentos, o artigo contribui para uma perspectiva de planejamento urbano pautada pela pluralidade. A partir de diversos estudos de cidades comuns, situadas em diferentes partes do mundo, propõe-se um exercício urbanístico de aprendizagem por meio das formas urbanas informais. O esforço de compreender o mundo do particular para o geral convida o planejamento urbano a rever os seus entendimentos universalistas de desenvolvimento e modernidade, e a pensar de que modo uma visão baseada na forma – seja ela planejada ou não – pode contribuir para uma nova agenda urbana.

**Palavras-chave:** morfologia urbana, forma urbana, informalidade, planejamento urbano, identidade

### Abstract

Urban morphology is frequently used in European cities to trace its origins and contexts, to identify its scales and dimensions, to recognize the agents that shaped them and to plan its future. The use of dominant morphological concepts in cities of the global South is more restricted, despite the

---

<sup>1</sup> Doutoranda em Planeamento do Território no Centro de Investigação em Território, Transporte e Ambiente da Faculdade de Engenharia, Universidade do Porto.  
[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0003-0370-265X](https://orcid.org/0000-0003-0370-265X)

<sup>2</sup> Presidente do International Seminar of Urban Form (ISUF) e da Rede Lusófona de Morfologia Urbana (PNUM). Professor de Morfologia Urbana na ULP e investigador principal no Centro de Investigação em Território, Transporte e Ambiente (CITTA/FEUP).  
[HTTPS://ORCID.ORG/0000-0002-7569-3839](https://orcid.org/0000-0002-7569-3839)

applicability demonstrated by different studies. In non-planned contexts space syntax and process-typological approaches have been the most frequently used. These are important inputs since methodologies to address the composition of the urban forms of informality are few. Drawing from morphological analysis, the article proposes to understand not only the physical forms but also the local identity of settlements, offering a plural paradigm for urban planning. From studies across the globe, based upon ordinary cities, an urban learning exercise is proposed. In a range of scales, from particular to general examples, the article invites planning to rethink universal models of development and modernity and to search for a form-based vision, composed by planned and not-planned urban elements, to contribute to a new urban agenda.

**Keywords:** urban morphology, urban form, informality, urban planning, identity

## 1. Introdução

A morfologia urbana é usada frequentemente em cidades com uma forte história urbana (mas contendo novas áreas) para traçar suas origens e contextos, identificar suas escalas e dimensões, reconhecer os agentes que as moldaram e para planejar e traçar o futuro. Para cidades que apresentam contextos não planejados, teorias e conceitos da morfologia tem sido aplicados para desmistificar seu aparentemente desordenamento (LOUREIRO, 2017) e entender como analisar assentamentos nos quais os limites entre lotes, edifícios e ruas não são precisamente demarcados e delimitados (MCCARTNEY; KRISHNAMURTHY, 2018). Alguns estudos apontam como o tempo de evolução desses assentamentos é pequeno para a escala da transformação (IOVENE, 2018), e como as atividades alteram diariamente o espaço (VIANA, 2019).

Além disso, algumas pesquisas estão voltadas para compreender a relação estabelecida entre o espaço formal e informal. Por exemplo, Kamalipour e Dovey (2019) investigam de que modo a visibilidade a partir do espaço formal condiciona as estratégias e ações do planejamento nesses contextos, e Barbosa e Fernandes (2015) exploram as diferenças das formas induzidas e as formas planejadas em diferentes cidades.

Devido a falta de instrumentos capazes de rastrear as nuances e particularidades da espacialidade informal (KAMALIPOUR; DOVEY, 2019), diversos modelos de planejamento baseados em iniciativas *top-down* são importados e aplicados fora do seu contexto original. Essas iniciativas baseadas em modelos advindos do contexto euro-americano não são capazes de captar a realidade local e acabam por promover ou reforçar a exclusão social e espacial (WATSON, 2009). Vainer (2017) sugere que, na prática, o planejamento urbano ainda é colonizado. A morfologia urbana é sugerida então como uma ferramenta para superar as dificuldades do planejamento em acompanhar e assimilar a informalidade. Com inspiração a partir das teorias pós-colonialista (ROBINSON, 2006; ROY, 2009, 2016) e decolonial (MIGNOLO, 2017; PATEL, 2016), propõe-se

uma perspectiva para o planejamento a partir da aplicação dos princípios da morfologia urbana aos territórios informais das cidades localizadas no Sul global.

No enquadramento proposto, as cidades são entendidas a partir de uma visão múltipla e composta pelas evidências das práticas e costumes dos habitantes do espaço urbano (ROKEM; BOANO, 2018). A informalidade é compreendida como modo de viver, ultrapassando a ideia de precariedade e as dicotomias entre o formal e informal (HARRIS, 2018; VARLEY, 2013). Baseando-se na evidência das formas, traçando conexões com o passado histórico do local e com o contexto social e econômico em que o assentamento surge, se implementa e se expande (MARETTO *et al.*, 2014; OLIVEIRA, 2016; STRAPPA, 2018), é proposta uma visão do espaço a partir da identidade local.

A ideia é criar conhecimento para se contrapor aos modelos e projetos que pregam os conceitos de *smart cities*, *creativity cities* e outras “fantasias urbanas” (WATSON, 2014) como modelos de desenvolvimento e modernidade (ROBINSON, 2006), mesmo para cidades em que níveis (oficiais) de informalidade alcançam os 70%. O argumento é que uma melhor compreensão da história dos assentamentos e das atividades da população analisadas e traduzidas por meio do desenho urbano e das tipologias de construção possa trazer informações sobre o modo de vida da população e contribuições para a prática de planejamento urbano.

A proposta do artigo é apresentar as diversas práticas territoriais de diferentes assentamentos, contribuindo para a investigação em morfologia urbana e para a atividade de planejamento territorial. Assim, por meio de conceitos e experiências que reflitam a realidade dos diferentes assentamentos e de recursos de representação gráfica e cartográficos que explorem a potencialidade dos mapas e da visualização, o planejamento tem a seu favor métodos diversos para realização de análises e para tomadas de decisão (MARTÍNEZ; PFEFFER; BAUD, 2016; VAUGHAN, 2018).

No contexto da informalidade urbana, diferentes dimensões podem ser exploradas. Em termos espaciais, as escalas do edifício, lote e rua podem ser observadas de modo a compreender como identificar os seus limites e relações entre o espaço público e privado (PEREZ *et al.*, 2017). Na esfera jurídica é essencial entender como se dão os direitos de uso, ocupação e propriedade do solo urbano (BARBOSA; FERNANDES; THANH TÚ, 2013), e na esfera econômica, como se articulam as atividades de acordo com a forma urbana, ou como a forma se adapta de acordo com as diferentes atividades existentes (VIANA, 2019).

A utilidade das teorias, conceitos e métodos da morfologia urbana para a prática da arquitetura, desenho urbano e planejamento já foi tema de investigação de diversos autores (veja OLIVEIRA, 2021). Strappa (2018) sugere o uso da leitura da forma urbana existente como estratégia

de projeto. Gu, Li e Zheng (2019) utilizam a abordagem tipológica como suporte para uma estratégia de planejamento urbano alternativo. O conceito de regiões morfológicas é sugerido como ferramenta de planejamento, na busca de parâmetros mais precisos na delimitação do zoneamento (KROPF, 1996; MONTEIRO, 2019; MONTEIRO; PINHO, 2021; WHITEHAND, 2009); assim como para auxiliar a preservação do patrimônio edificado. A relação entre planejamento e ecologia é parte da pesquisa extensa acerca da abordagem histórico-geográfica de alguns autores (HOPKINS, 2012; WHITEHAND, 2021; WHITEHAND; MORTON, 2004). Entretanto, a relação entre contextos planejados e não-planejados, e a contribuição do conhecimento popular – de uma consciência espontânea, nas palavras de Caniggia e Maffei (1979) – e o tema da identidade nos assentamentos informais são questões menos exploradas no contexto da morfologia urbana.

As particularidades espaciais de cada lugar espelham a peculiaridade de suas trajetórias ao longo do tempo (ROLNIK, 2015). Discute-se, portanto, a possibilidade do reconhecimento da identidade local como forma de explorar o pensamento crítico para traçar novas estratégias para a urbanização e o planejamento dos assentamentos informais. Para esse efeito, sugere-se o uso da teoria decolonial. Pensar o planejamento a partir desta teoria implica reconhecer a multiplicidade de conhecimentos que compõem um espaço urbano e incorporar os seus valores às futuras práticas, planos e desenhos urbanos. Para tanto, a morfologia urbana pode agregar conhecimento espacial para uma tomada de decisão mais bem informada, baseada nos padrões de vida, na escala de construção e no desenvolvimento da população local.

## 2. A morfologia urbana e os diferentes contextos

A morfologia urbana é uma disciplina cada vez mais explorada fora do contexto europeu, em que surgiu e se desenvolveu. Diversos estudos em cidades do Sul global apontam que suas abordagens, conceitos e métodos podem e devem ser aplicados em diferentes contextos. No contexto brasileiro, as abordagens morfológicas têm sido mais utilizadas (PEREIRA COSTA; TEIXEIRA, 2014) e aplicadas em diversos estudos de caso. O conceito de cinturas periféricas, por exemplo, foi aplicado à cidade de Maringá (MENEGUETTI; COSTA, 2015), demonstrando a aplicabilidade do conceito a um contexto claramente planejado, e à cidade de Belo Horizonte (PEREIRA COSTA; SIMÃO, 2018). Diversos estudos utilizando a sintaxe espacial também abordam cidades brasileiras (HOLANDA, 2002; MEDEIROS, 2013). No entanto, a utilização dos conceitos de regiões morfológicas da escola inglesa e do tipo desenvolvido pela escola italiana, ainda é limitado (PEREIRA COSTA *et al.*, 2019).

Por outro lado, estudos em outros países da América Latina (AMATO, 2017; MARETTO *et al.*, 2014), da Ásia – em países como a Índia (MARETTO; SCARDIGNO, 2016) e a China (WHITEHAND; CONZEN; GU, 2016; WHITEHAND; GU; WHITEHAND, 2011) –, do Oriente

Médio (MASOUMI; TERZI; SERAG, 2018; ÜNLÜ, 2013) e da África (SAFE; PEREIRA COSTA, 2016) apontam para a internacionalização dos conceitos. Elementos da forma urbana, base para qualquer análise morfológica – edifícios, lotes, ruas e quadras – são elementos estruturais e podem ser encontrados em qualquer cidade do mundo. Em todo caso, uma interpretação local pode ser necessária para que a compreensão do espaço seja feita de forma prudente. Um mergulho nas dimensões cultural, social, política e econômica são necessárias para compreensão da forma.

Alguns estudos foram capazes de descrever as manifestações culturais que se materializam nestes tecidos urbanos. Nesses exemplos, a identidade local é desvendada pela análise morfológica. Na comparação entre os contextos italiano e chinês, Whitehand, Conzend e Gu (2016) destacam a influência da cosmologia do *fengshui* nas formas urbanas. No caso da análise da cidade de Amedabade, o conceito de polaridades urbanas é aplicado, entendendo como, nesse contexto, o agregado urbano denominado *pol*, configura um importante polo de atração (MARETTO; SCARDIGNO, 2016). Analisando a cidade de Maputo, Viana (2019) demonstra como as atividades e práticas dos habitantes transformam o espaço ao longo do dia e configuram uma dinâmica única. Usando uma combinação de abordagens, o autor amplifica o reconhecimento da auto-organização e dos valores simbólicos na forma urbana.

Em contextos não-planejados, é cada vez mais frequente a utilização da morfologia urbana no desvendar do processo de formação dos assentamentos (IOVENE, 2018; TESSARI, 2020), para desmistificar a sua aparente desorganização (LOUREIRO, 2017), e para propor melhorias e novos projetos de habitação (MARETTO *et al.*, 2014). Neste artigo, olha-se para os assentamentos informais como exercício de aprendizagem. Argumenta-se que a cidade informal, autoconstruída e autogerida por seus habitantes, apresenta uma oportunidade de aprendizagem para uma atividade de planejamento, progressivamente fechada na quantificação em índices abstratos e na separação funcional.

### 3. O contexto não-planejado e as formas urbanas

Visto sempre de forma estigmatizada a partir do plano urbanístico, frequentemente baseado em preceitos de legalidade, o modelo de habitar autoconstruído surge da necessidade. Quando o Estado não é capaz de fornecer recursos e infraestrutura à sua população, habitantes encontram a sua própria solução para habitação, muitas vezes, ilegal. A informalidade é discutida sob seus aspectos sociais, econômicos, jurídicos, porém são menos frequentes os estudos da sua forma urbana. Encontrando inspiração na resiliência, na criatividade e no modo cooperativo de viver (JONES, 2019; ROKEM; BOANO, 2018) de mais de 1 bilhão de pessoas pelo mundo (UN-HABITAT, 2008), diversos autores iniciam suas pesquisas nesta temática. Com base nesses estudos das formas urbanas

da informalidade, destacam-se alguns dos aspectos que imprimem caráter, identidade e conferem um elevado nível de urbanidade a esses assentamentos.

A identidade é explorada como a identificação do habitante com o lugar onde vive, podendo se relacionar com o entorno e se sentir acolhido. A diversidade de formas de viver deve ser acolhida e celebrada pelo plano e/ou pelo contexto (WATSON, 2016). O conceito de urbanidade adotado é aquele proposto por Oliveira (2013): uma construção tanto social e espacial, entregue pela combinação das formas urbanas de modo a garantir acessibilidade, densidade, diversidade e continuidade. De acordo com Gehl (2010), a sensação de segurança, pertencimento e usufruto da cidade é dada pelos espaços físicos que nos cercam. Entre as diversas alturas, proporções e escalas da cidade, a mais importante é aquela apreendida pelo olho humano, sendo esta a visão que predomina no nosso entendimento e concepção da paisagem. Na sua análise, o autor dispõe de diversas características que devem ser observadas em espaços existentes, através da experiência humana de ocupação dos espaços, destacando a importância das fachadas ativas nos térreos dos edifícios, a altura e proporções dos edifícios, e o papel da forma urbana em proporcionar oportunidades de encontro.

Argumenta-se, portanto, que os assentamentos informais podem ser uma importante fonte de informação para o planejamento. A ocupação espontânea de um espaço, produzida por diversos agentes individuais eleva os níveis de diversidade, resultando em uma configuração menos controlada, porém garantindo continuidade e multifuncionalidade. A variedade de agentes que são, ao mesmo tempo, moradores e construtores garante a diversidade de estilos e usos e a atratividade do olhar. Além disso, muitos desses assentamentos são capazes de garantir altos níveis de acessibilidade, principalmente, devido à escala humana, conseguida por meio da autogestão e autoconstrução. Assim, assentamentos informais são amigáveis para o pedestre (LOBOSCO, 2011), induzem à sociabilidade e ao uso do espaço público que, apesar de restrito, é ocupado intensamente (TESSARI, 2020).

Viana (2019), por exemplo, chama a atenção para a dinâmica estabelecida pela transformação do espaço pelas atividades dos habitantes em sua análise da cidade de Maputo. O papel do espaço público, principalmente da rua, é destacado como o local de estabelecimento do comércio informal. O autor destaca que metodologias cartográficas convencionais e o planejamento muitas vezes não são capazes de acompanhar e rastrear o espaço vivido pelos habitantes em seu dia a dia. O papel desenvolvido pela rua nesses assentamentos também é discutido por Hillier, Greene e Desyllas (2000) e por Karimi e Parham (2012), usando a abordagem da sintaxe espacial.

Em relação à densidade, observa-se a predominância de um elevado nível de compactação e ocupação do solo. A alta densidade encontrada nesses assentamentos é resultado principal da limitação espacial. Situados em locais com espaço restrito e com altas taxas de crescimento, a

verticalização é muitas vezes a saída. Nem sempre, neste caso, a densidade terá um impacto positivo pois frequentemente a ventilação e a iluminação das edificações ficam comprometidas. Entretanto, a compactação do espaço garante o alinhamento das edificações com a via e a falta de afastamentos laterais impacta no sentido de continuidade estabelecido pelo tecido.

Nos estudos baseados na abordagem processual-tipológica destaca-se como a escala e o processo de desenvolvimento desses assentamentos apresentam muito mais semelhança com um tecido medieval do que com a cidade contemporânea planejada. No trabalho de Iovene (2018), a autora demonstra semelhanças nos padrões do tecido histórico de Veneza e do assentamento San Pedro de Ate, localizado no Peru. Ao passo que cidades históricas em vários lugares do mundo são objeto de estudo e preservação, muitos assentamentos informais são demolidos e reconstruídos em locais diferentes sem nenhum respeito ou interesse por sua história.

No entanto, as referências históricas e tipos construtivos também podem estar presentes na produção arquitetônica informal. Nos estudos tipológicos de Amato (2017) e Maretto *et al.* (2014) no bairro Villa 31 em Buenos Aires, é demonstrado como o tipo tradicional de habitação argentino é incorporado e reinterpretado pelos seus habitantes. No caso de Tessari (2020), a comunidade de Santa Marta, no Rio de Janeiro, é analisada de modo a desvendar o processo de desenvolvimento das habitações ao longo do tempo. O autor propõe então um “catálogo” com o legado das ações, formas e espaços para o conhecimento e a interpretação da realidade informal.

Muitos desses assentamentos têm um caráter único, alcançado através de um processo coletivo de construção, estabelecidos na base do consenso (LEJANO; DEL BIANCO, 2018). A construção da comunidade também atravessa a questão formal e estética, fazendo com que as edificações e seu entorno sejam produto de seus conhecimentos transmitidos, tradições, religiões e símbolos culturais (LOMBARD, 2014). Às vezes, a própria vizinhança se torna uma referência formal, e um padrão de imitação e reprodução pode ser observado (KELLETT, 2013). A solidariedade – mesmo que forçada –, a colaboração, os mutirões estabelecem laços sociais importantes (MARICATO, 1982) e as práticas locais estabelecem as normas éticas (LEJANO; DEL BIANCO, 2018).

Em todo caso, a “romantização” dos assentamentos informais deve ser evitada. As imensas questões relacionadas à violência, à falta de infraestrutura (pavimentação, saneamento básico, equipamentos públicos) e à estigmatização dessas áreas da cidade impacta de forma direta a qualidade de vida dos habitantes. Os conflitos são constantes, bem como a contestação política (CALDEIRA, 2017; PINEDO LÓPEZ; LORA OCHOA, 2016). Além disso, a falta da segurança de posse faz com que a garantia de permanência nestes locais esteja sempre em risco. Essa insegurança também impossibilita os moradores de fazerem planos futuros, limitando os investimentos na habitação (MCCARTNEY; KRISHNAMURTHY, 2018). Entretanto, a qualidade relativa à forma

urbana desses espaços merece atenção. Propõe-se então um olhar crítico para que se possa compreender como o planejamento pode aprender e se apropriar do conhecimento produzido pela autoconstrução.

A falta de qualidade das construções devido a precariedade de materiais, a falta de conhecimento técnico, a pouca ventilação e iluminação também são aspectos que diminuem as condições de habitabilidade dos assentamentos informais. O conhecimento morfológico nesse caso pode ser uma ferramenta chave para propor melhorias, novas construções, ampliações e garantir a assistência técnica de arquitetura – no Brasil assegurada pela lei 11.888/2018 – para superar os desafios enfrentados por moradores. Assim, com respeito ao espaço existente, às tradições construídas e aos vínculos sociais desenvolvidos, novos projetos arquitetônicos e planos urbanísticos podem ser menos invasivos e mais inclusivos.

#### **4. Pluralidade por meio da forma urbana: uma nova agenda para o planejamento**

Baseados em uma linguagem jurídica e apoiados em uma componente cartográfica, os planos são a principal ferramenta do planejamento urbano. O conjunto de leis e mapas que controla o crescimento das cidades estabelece diretrizes para o futuro e define áreas de projeto, transformação e preservação. Entretanto, é frequente que algumas áreas da cidade sejam – deliberadamente ou não – apagadas por estratégias de governo (ROY, 2005) e excluídas dos planos e mapas (KAMALIPOUR; DOVEY, 2019). As ferramentas do planejamento que controlam e induzem ao desenvolvimento estão em constante disputa com o modo espontâneo, informal e massivo com que a população crescente busca para se abrigar. A prática de planejamento, de modo geral, consiste em definir parâmetros, índices e diretrizes que sejam genéricas o suficiente para englobar toda uma área construída, mas que sejam específicos o bastante para controlar o uso e ocupação de acordo com as necessidades de cada área.

A cidade formal encontra seus parâmetros e índices nas leis de uso e ocupação do solo e nos planos diretores, enquanto a cidade informal ainda luta por sua inclusão em projetos urbanos, em leis e até mesmo em mapas oficiais. Um dos principais desafios do planejamento urbano, portanto, está relacionado à dificuldade de representação e integração dos diversos modos de viver e das suas formas urbanas aos planos.

Na busca por novos paradigmas e metodologias para compreender as cidades e suas populações em toda sua complexidade, a teoria urbana encontra caminhos nas teorias pós-colonialistas e decoloniais. Procurando respostas para a crescente desigualdade, exclusão, informalidade, pesquisadores por todo o mundo discutem a possibilidade de imaginar um futuro por meio de estudos comparativos que colocam lado a lado as diferenças e similaridades dos diversos contextos e experiências para promover oportunidades de aprendizagem (ROBINSON, 2016b).

Essas teorias conquistam espaço propondo um olhar plural, partindo do particular para o geral. Explorada em diversas áreas de conhecimento como a sociologia, antropologia, história, arte, literatura, feminismo, no planejamento urbano tem encontrado eco no trabalho de autores principalmente do sul Global (CONNELL, 2014). A teoria decolonial emerge no contexto das cidades que apesar de não serem mais colônia, ainda vivem sob a pressão da colonialidade (QUIJANO, 2005). Assim como as estruturas sociais, políticas e econômicas, o planejamento urbano, na prática, ainda opera a partir de modelos que impingem soluções universalistas para cidades em diferentes localizações e com diversas necessidades (VAINER, 2017).

A importância da teoria decolonial aqui diz respeito a entender a escala, o processo, a transformação do espaço provocada por seus habitantes, para então construir um conhecimento capaz de guiar o futuro. Principalmente em assentamentos informais, em que o plano, o projeto, a infraestrutura, a abertura de ruas e espaços públicos, e o fornecimento de equipamentos urbanos muitas vezes é posterior à fixação das residências.

Uma consequência evidente da implementação de planos e projetos que não atentam para o contexto ou não relacionam com a área em que estão inseridos é a promoção ou o reforço da segregação espacial e da exclusão espacial. Esta é uma temática abrangida pela sintaxe espacial que investiga como as relações sociais podem ser afetadas pelas relações espaciais (HILLIER; HANSON, 1984). É interessante perceber como, em diferentes propostas, o planejamento e as tomadas de decisão têm constantemente reproduzido padrões espaciais que impactam em problemas sociais (VAUGHAN, 2007). Isso é demonstrado também na pesquisa de VAUGHAN (2018), que, com o suporte de diversos mapas históricos de diferentes cidades, evidencia como a segregação espacial é um problema recorrente.

O trabalho de Robinson (2006), 'Ordinary Cities' aponta para a necessidade de se entender a urbanidade em diferentes lugares do mundo. Decentralizando o foco do debate anglófono, a autora propõe que se construam teorias urbanas a partir de cidades comuns, de modo a superar padrões impostos de modernidade e desenvolvimento. Diversos modelos de planejamento urbano implementados não se encaixam à realidade dos habitantes e acabam por acentuar questões sociais, econômicas, estéticas e culturais. A proposta tem sido procurar soluções para as particularidades locais; buscar inspiração nas práticas do dia a dia, na cidade comum construída por cidadãos comuns e compreendê-la a partir de seus contextos culturais, econômicos, geográficos e sociais (CIROLIA; SCHEBA, 2019; INZULZA-CONTARDO, 2012; ROKEM; BOANO, 2018).

Esta é uma perspectiva compartilhada também pela morfologia urbana: assentamentos humanos são o resultado da história e do contexto natural em que estão inseridos, e representam o anseio dos agentes e processos que os moldaram (KROPF, K., 2017; OLIVEIRA, 2016). A busca pelo processo e evolução das edificações comuns, de base, e seus tipos já é discutida pela escola

italiana (CANIGGIA; MAFFEI, 2017) como referência para repensar modelos de arquitetura e de urbanização. Entender as propriedades e as diferenças das características que são singulares ou transversais aos edifícios, assentamentos, bairros e cidades pode abrir portas para que se questione a especificidade, a aplicabilidade e o escopo limitado de alguns conceitos (ROBINSON, 2016a).

A sugestão aqui apresentada é usar a morfologia urbana como ferramenta de suporte para o planejamento, transpondo o conhecimento morfológico já explorado por outros autores em diversos contextos e a partir de casos específicos, como recurso para uma nova forma de pensar o espaço urbano. A revelação do processo de transformação dos assentamentos, tendo em vista seus contextos, valores e parâmetros fornece uma maior capacidade ao urbanista de compreender não apenas as formas atuais de um assentamento, mas também o seu passado e seu futuro.

O planejamento urbano como uma proposta decolonial propõe oportunidades para repensar as cidades partindo da diversidade. Esta proposta não é importante apenas para garantir a inclusão da parcela tradicionalmente excluída, segregada e estigmatizada da população, mas também uma chance para a construção de cidades mais justas, acessíveis, caminháveis e centradas na escala humana. A forma urbana como ferramenta de aprendizagem proporciona a compreensão dos elementos básicos que formam um assentamento: a componente física – as suas tipologias e as dimensões das ruas, quadras, lotes e edifícios – e a componente social – suas raízes históricas e simbólicas – que culminaram na configuração atual.

## 5. Conclusões

A utilidade da morfologia urbana para o planejamento é referenciada por diversos autores. Seja na sua capacidade técnica de distinguir espaços de acordo com suas características históricas e geográficas, seja na competência em descrever o processo de estabelecimento e crescimento dos edifícios e assentamentos e propor seu futuro, ou na utilidade ecológica em entender os sistemas de espaços livres. A variedade de ferramentas, metodologias disponíveis e passíveis de serem combinadas e aplicadas na prática de planejamento demonstram que o entendimento das particularidades de uma cidade é essencial para planejar o seu futuro (MONTEIRO; PINHO, 2021).

O uso para desvendar a lógica e para planejar os assentamentos informais é mais recente, mas de toda forma tem se disseminado e mostra a aplicabilidade da disciplina e seus conceitos em diversos continentes, contextos e escalas e a importância para valorização de todo tipo de assentamento. A morfologia permite que se alcance a essência da identidade local representada pela forma não apenas nos centros históricos tombados ou nas áreas formalmente estabelecidas, mas também nas áreas de ocupação recente, informal, em assentamentos com as mais variadas formações, se apropriando da terra ou, até mesmo, da água (DUARTE CARDOSO et al., 2020).

As soluções para um planejamento mais inclusivo e consciente passa pelo respeito às diferentes manifestações culturais e sociais que convivem dentro dos centros urbanos. Esses anseios fazem parte do escopo da pesquisa decolonial, que se apoia na diversidade e nas múltiplas formas de observar e entender o mundo. Com o apoio do pensamento decolonial e das diferentes abordagens da morfologia urbana, apresenta-se uma forma de repensar o planejamento urbano assentada na pluralidade.

## Referências

- AMATO, A. R. **Architetture di Recinti e Citta Contemporanea: vitalità del processo formativo della struttura a corte**. Milano: Franco Angeli, 2017.
- BARBOSA, E.; FERNANDES, P. Formas espontâneas e induzidas: comparando São Paulo, Jacarta, Hanoi e Belo Horizonte. **Revista de Morfologia Urbana**, [s. l.], v. 3, n. 2, p. 85–102, 2015.
- BARBOSA, E.; FERNANDES, P.; THANH TÚ, N. **Urbanization Processes and Urban Morphology in the Periphery of Capitalism: São Paulo, Jakarta, Hanoi and Belo Horizonte** GDN Working Paper Series. New Delhi: [s. n.], 2013.
- CALDEIRA, T. Peripheral urbanization: Autoconstruction, transversal logics, and politics in cities of the global south. **Society and Space D**, [s. l.], v. 35, n. 1, p. 3–20, 2017. Available at: <https://doi.org/10.1177/0263775816658479>
- CANIGGIA, G.; MAFFEI, G. L. **Interpreting Basic Buildings: Architectural Composition and Building Typology**. 2nd. ed. Firenze: Altralinea Edizioni, 2017.
- CIROLIA, L. R.; SCHEBA, S. Towards a multi-scalar reading of informality in Delft, South Africa: Weaving the ‘everyday’ with wider structural tracings. **Urban Studies**, [s. l.], v. 56, n. 3, p. 594–611, 2019. Available at: <https://doi.org/10.1177/0042098017753326>
- CONNELL, R. Using southern theory: Decolonizing social thought in theory, research and application. **Planning Theory**, [s. l.], v. 13, n. 2, p. 210–223, 2014. Available at: <https://doi.org/10.1177/1473095213499216>
- DUARTE CARDOSO, A. C. *et al.* Urban morphology of amazonian cities: The experience of the Amazon Cities Research Group of Federal University of Pará. **Urbe**, [s. l.], v. 12, p. 1–18, 2020. Available at: <https://doi.org/10.1590/2175-3369.012.e20190275>
- GEHL, J. **Cidades para Pessoas**. São Paulo: Perspectiva, 2010.
- GU, K.; LI, Y.; ZHENG, X. A typological approach to planning. **Journal of Urbanism**, [s. l.], v. 12, n. 4, p. 373–392, 2019. Available at: <https://doi.org/10.1080/17549175.2019.1626264>
- HARRIS, R. Modes of Informal Urban Development: A Global Phenomenon. **Journal of Planning Literature**, [s. l.], v. 33, n. 3, p. 267–286, 2018. Available at: <https://doi.org/10.1177/0885412217737340>
- HILLIER, B.; GREENE, M.; DESYLLAS, J. Self-generated neighbourhoods: The role of urban form in the consolidation of informal settlements. **Urban Design International**, [s. l.], v. 5, n. 2, p. 61–96, 2000. Available at: <https://doi.org/10.1057/palgrave.udi.9000018>
- HILLIER, B.; HANSON, J. **The social logic of space**. 1st. ed. Cambridge: Cambridge University Press, 1984.
- HOLANDA, F. **O espaço de exceção**. Brasília: EdUnB, 2002.
- HOPKINS, M. I. W. The ecological significance of urban fringe belts. **Urban Morphology**, [s. l.], v. 16, n. 1, p. 41–54, 2012.
- INZULZA-CONTARDO, J. Contemporary Urban Culture in Latin America: Everyday life in Santiago, Chile. In: EDENSOR, T.; JAYNE, M. (org.). **Urban Theory Beyond the West: A World of Cities**. London: Routledge, 2012. p. 207–216.
- IOVENE, M. **Understanding the Morphology of Informal Settlements**. 2018. - University of Strathclyde, Glasgow, [s. l.], 2018.

- JONES, P. The shaping of form and structure in informal settlements: A case study of order and rules in lebak siliwangi, Bandung, Indonesia. **Journal of Regional and City Planning**, [s. l.], v. 30, n. 1, p. 43–61, 2019. Available at: <https://doi.org/10.5614/jpwk.2019.30.1.4>
- KAMALIPOUR, H.; DOVEY, K. Mapping the visibility of informal settlements. **Habitat International**, [s. l.], v. 85, p. 63–75, 2019. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2019.01.002>
- KARIMI, K.; PARHAM, E. An Evidence Informed Approach To Developing an Adaptable Regeneration Programme for Declining Informal Settlements. *In:* , 2012, Santiago. **8th International Space Syntax Symposium**. Santiago: Pontificia Universidad Católica de Chile, 2012. p. 1–27.
- KELLETT, P. Imitative design practices in informal settlements. **Archnet-IJAR**, [s. l.], v. 7, n. 1, p. 151–161, 2013. Available at: <https://doi.org/10.26687/archnet-ijar.v7i1.132>
- KROPF, K. **The Handbook of Urban Morphology**. 1st. ed. West Sussex: Wiley, 2017.
- KROPF, K. S. An alternative approach to zoning in France: Typology, historical character and development control. **European Planning Studies**, [s. l.], v. 4, n. 6, p. 717–737, 1996. Available at: <https://doi.org/10.1080/09654319608720376>
- LEJANO, R. P.; DEL BIANCO, C. The logic of informality: Pattern and process in a São Paulo favela. **Geoforum**, [s. l.], v. 91, n. March, p. 195–205, 2018. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.geoforum.2018.03.005>
- LOBOSCO, T. **Como se faz uma favela: Práticas e cotidiano na produção do espaço urbano “periférico”**. 346 f. 2011. - Universidade Federal da Bahia, [s. l.], 2011.
- LOMBARD, M. Constructing ordinary places: Place-making in urban informal settlements in Mexico. **Progress in Planning**, [s. l.], v. 94, p. 1–53, 2014. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.progress.2013.05.003>
- LOUREIRO, V. R. T. **“Quando a gente não tá no mapa”: a configuração como estratégia para a leitura socioespacial da favela**. 1–261 f. 2017. - Universidade de Brasília, [s. l.], 2017.
- MARETTO, M. *et al.* Morphological analysis of the informal city. The ‘Villa 31’ in Buenos Aires, Argentina. *In:* , 2014, Porto. (V. Oliveira et al., Org.) **International Seminar on Urban Form**. Porto: [s. n.], 2014.
- MARETTO, M.; SCARDIGNO, N. Muratorian urban morphology: The walled city of Ahmedabad. **Urban Morphology**, [s. l.], v. 20, n. 1, p. 18–33, 2016.
- MARICATO, E. Autoconstrução, a arquitetura possível. *In:* MARICATO, E. (org.). **A produção capitalista da casa (e a cidade) no Brasil industrial**. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1982.
- MARTÍNEZ, J.; PFEFFER, K.; BAUD, I. Factors shaping cartographic representations of inequalities. Maps as products and processes. **Habitat International**, [s. l.], v. 51, p. 90–102, 2016. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.habitatint.2015.10.010>
- MASOUMI, H. E.; TERZI, F.; SERAG, Y. M. Neighborhood-scale urban form typologies of large metropolitan areas: Observations on Istanbul, Cairo, and Tehran. **Cities**, [s. l.], n. August, p. 0–1, 2018. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2018.09.005>
- MCCARTNEY, S.; KRISHNAMURTHY, S. Neglected? Strengthening the Morphological Study of Informal Settlements. **SAGE Open**, [s. l.], v. 8, n. 1, 2018. Available at: <https://doi.org/10.1177/2158244018760375>
- MEDEIROS, V. A. S. **Urbis Brasiliae: o labirinto das cidades brasileiras**. Brasília: EdUnB, 2013.
- MENEGUETTI, K. S.; COSTA, S. The fringe-belt concept and planned new towns: A Brazilian case study. **Urban Morphology**, [s. l.], v. 19, n. 1, p. 25–33, 2015.
- MIGNOLO, W. D. Colonialidade: O Lado Mais Escuro Da Modernidade. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, [s. l.], v. 32, n. 94, p. 01–17, 2017. Available at: <https://doi.org/10.17666/329402/2017>
- MONTEIRO, C. **Morfologia Urbana na Prática de Planejamento: para uma metodologia integrada de análise e proposta de cidade**. 2019. - Universidade do Porto, [s. l.], 2019.
- MONTEIRO, C.; PINHO, P. MAP: a methodology for Morphological Analysis and Prescription. **Urban Morphology**, [s. l.], v. 25, n. 1, p. 57–75, 2021.

- OLIVEIRA, V. Morpho: A methodology for assessing urban form. **Urban Morphology**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 21–33, 2013.
- OLIVEIRA, V. (org.). **Morphological Research in Planning, Urban Design and Architecture**. [S. l.]: Springer International Publishing, 2021.
- OLIVEIRA, V. **Urban Morphology: An Introduction to the Study of the Physical Form of Cities**. 1st. ed. Cham: Springer, 2016.
- PATEL, S. **A Decolonial Lens on Cities and Urbanisms : Reflections on the System of Petty Production in India**. Singapore: [s. n.], 2016.
- PEREIRA COSTA, S. D. A. *et al.* Investigações sobre tipo territorial e morphogenetic regions: suas limitações e abrangências. **Revista de Morfologia Urbana**, [s. l.], v. 7, n. 2, p. 1–8, 2019.
- PEREIRA COSTA, S. D. A.; SIMÃO, K. M. de C. A study of fringe belts in Belo Horizonte, Brazilian contribution to developments in urban morphology. *In*: STRAPPA, G. (org.). **Observations on urban growth**. 1st. ed. Milan: Franco Angeli, 2018.
- PEREIRA COSTA, S. D. A.; TEIXEIRA, M. C. V. The study of urban form in Brazil. **Urban Morphology**, [s. l.], v. 18, n. 2, p. 119–127, 2014.
- PEREZ, L. P. *et al.* Spatial data in the Global South: A case study of alternative land management tools for cities with limited resources. *In*: , 2017, San Jose. **Global Humanitarian Technology Conference (GHTC) IEEE**. San Jose: [s. n.], 2017. p. 1–10. Available at: <https://doi.org/10.1109/GHTC.2017.8239224>
- PINEDO LÓPEZ, J. W.; LORA OCHOA, C. Hacia una tipología de asentamientos informales. **Architecture, City and Environment**, [s. l.], v. 10, n. 30, p. 11–30, 2016. Available at: <https://doi.org/10.5821/ace.0.30.3977>
- QUIJANO, A. Colonialidade do Poder, Eurocentrismo e América Latina. **A colonialidade do saber. Eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino- americanas**, [s. l.], p. 227–278, 2005.
- ROBINSON, J. Comparative Urbanism: New Geographies and Cultures of Theorizing the Urban. **International Journal of Urban and Regional Research**, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 187–199, 2016a. Available at: <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12273>
- ROBINSON, J. **Ordinary cities: Between Modernity and Development**. 1st. ed. New York: Routledge, 2006.
- ROBINSON, J. Thinking cities through elsewhere: Comparative tactics for a more global urban studies. **Progress in Human Geography**, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 3–29, 2016b. Available at: <https://doi.org/10.1177/0309132515598025>
- ROKEM, J.; BOANO, C. **Urban Geopolitics: Rethinking Planning in Contested Cities**. 1st. ed. New York: Routledge, 2018.
- ROLNIK, R. **Guerra dos Lugares: a colonização da terra e da moradia na era das finanças**. 1st. ed. São Paulo: Boitempo, 2015.
- ROY, A. The 21st-Century Metropolis: New geographies of theory. **Regional Studies**, [s. l.], v. 43, n. 6, p. 819–830, 2009. Available at: <https://doi.org/10.1080/00343400701809665>
- ROY, A. Urban Informality: Toward an Epistemology of Planning. **Journal of the American Planning Association**, [s. l.], v. 71, n. 2, p. 147–158, 2005.
- ROY, A. Who's Afraid of Postcolonial Theory? **International Journal of Urban and Regional Research**, [s. l.], v. 40, n. 1, p. 200–209, 2016. Available at: <https://doi.org/10.1111/1468-2427.12274>
- SAFE, S. M. de S.; PEREIRA COSTA, S. D. A. Fringe belt analysis: a method for confirming the establishment of the historical boundaries of Rabat. **Acta Universitatis Lodzianis. Folia Geographica Socio-Oeconomica**, [s. l.], n. 25, p. 39–62, 2016. Available at: <https://doi.org/10.18778/1508-1117.25.03>
- STRAPPA, G. Reading the Built Environment as a Design Method. *In*: OLIVEIRA, V. (org.). **Teaching Urban Morphology**. 1st. ed. Cham: Springer International Publishing, 2018.
- TESSARI, A. **Informal Rooting: an open atlas**. Trento: ListLab, 2020.
- UN-HABITAT. **UN-Habitat - 2007 Annual Report** **Un-Habitat Annual Report**. Nairobi: [s. n.], 2008.

Available at: <https://doi.org/10.1037/0003-066x.63.5.293>.

ÜNLÜ, T. Thinking about urban fringe belts: A Mediterranean perspective. **Urban Morphology**, [s. l.], v. 17, n. 1, p. 5–20, 2013.

VAINER, C. Disseminating “best practice”? The coloniality of urban knowledge and city models. *In*: PARNELL, S.; OLDFIELD, S. (org.). **The Routledge Handbook on Cities of the Global South**. 1st. ed. New York: [s. n.], 2017. p. 48–56.

VARLEY, A. Postcolonialising informality? **Environment and Planning D: Society and Space**, [s. l.], v. 31, p. 4–22, 2013. Available at: <https://doi.org/10.1068/d14410>

VAUGHAN, L. **Mapping Society: The Spatial Dimensions of Social Cartography**. 1st. ed. London: UCL Press, 2018. Available at: <https://doi.org/10.2307/j.ctv550dcj>

VAUGHAN, L. The Spatial Syntax of Urban Segregation. **Progress in Planning**, [s. l.], v. 67, n. 4, 2007.

Available at:

<http://discovery.ucl.ac.uk/3445/1/3445.pdf%0Ahttps://pdfs.semanticscholar.org/a137/ce1e3a149257d1171e66962241bb34a6dcd6.pdf>

VIANA, D. L. **Maputo: (auto)organização e forma-dinâmica urbana**. 1st. ed. Porto: U.Porto Editorial, 2019.

WATSON, V. African urban fantasies: Dreams or nightmares? **Environment and Urbanization**, [s. l.], v. 26, n. 1, p. 215–231, 2014. Available at: <https://doi.org/10.1177/0956247813513705>

WATSON, V. Shifting Approaches to Planning Theory: Global North and South. **Urban Planning**, [s. l.], v. 1, n. 4, p. 32–41, 2016. Available at: <https://doi.org/10.17645/up.v1i4.727>

WATSON, V. “The planned city sweeps the poor away...”: Urban planning and 21st century urbanisation.

**Progress in Planning**, [s. l.], v. 72, p. 151–193, 2009. Available at:

<https://doi.org/10.1016/j.progress.2009.06.002>

WHITEHAND, J. W. R. **Conzenian Research in Practice**. [S. l.]: Springer International Publishing, 2021. Available at: [https://doi.org/10.1007/978-3-030-66460-2\\_2](https://doi.org/10.1007/978-3-030-66460-2_2)

WHITEHAND, J. W. R. The structure of urban landscapes: Strengthening research and practice. **Urban Morphology**, [s. l.], v. 13, n. 1, p. 5–27, 2009.

WHITEHAND, J. W. R.; CONZEN, M. P.; GU, K. Plan analysis of historical cities: A Sino-European comparison. **Urban Morphology**, [s. l.], v. 20, n. 2, p. 139–158, 2016.

WHITEHAND, J. W. R.; GU, K.; WHITEHAND, S. M. Fringe belts and socioeconomic change in China.

**Environment and Planning B: Planning and Design**, [s. l.], v. 38, n. 1, p. 41–60, 2011. Available at:

<https://doi.org/10.1068/b36104>

WHITEHAND, J. W. R.; MORTON, N. J. Urban morphology and planning: The case of fringe belts. **Cities**, [s. l.], v. 21, n. 4, p. 275–289, 2004. Available at: <https://doi.org/10.1016/j.cities.2004.04.001>